DEMOCRACIA NO SÉCULO 21

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA -2017

GRATUITO

Uma iniciativa inovadora do Sindicato dos Bancários de Guarulhos e Região e a Universidade Federal de São Paulo, organizam o CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - DEMOCRACIA NO SÉCULO XXI.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

R. Paulo Lenk, 128
Jardim Zaira
Guarulhos - SP,
07094-040

(11) 2440-7888
extensaouniversitaria@bangnet.com.br
www.bangnet.com.br
facebook.com/bangnet.oficial

Realização:

CUT Sindicato dos Bancários de Guarulhos e Região
BANCÁRIOS de Guarulhos

UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
1933

1. Natureza Acadêmica

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um importante pilar que sustenta a universidade pública brasileira e remete diretamente à sua função social em uma sociedade marcada pela desigualdade, diferenças e diversidade. Além da transmissão, da produção e da difusão de conhecimentos, as ações de extensão visam promover processos colaborativos, de intercâmbio de saberes entre a universidade e o público externo à ela, por meio da articulação entre teoria e prática, como forma de empoderamento e emancipação social, como parte da formação profissional dos estudantes, como fonte importante de pesquisa aplicada e também na condição de formação permanente de segmentos da sociedade que historicamente estiveram à margem dos bancos universitários.

Na área das Humanidades, esta interação com o público externo à universidade é fundamental para a construção conjunta de respostas aos novos problemas do mundo contemporâneo - que são de natureza complexa - uma interação que carrega em si diferentes naturezas, em uma sociedade em que o fator permanente é a mudança, tal como propõe o Projeto Político Pedagógico da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (o campus Guarulhos da Unifesp), uma grande área temática, dentre outras, contempladas no processo de expansão das universidades federais (REUNI).

No caso de Guarulhos, a localização do campus em uma região localizada na periferia do município, traz consigo uma série de desafios que provoca reflexões e posicionamentos acerca do papel histórico das universidades públicas no mundo, e no Brasil, uma universidade pública federal ali instalada, enfrentando questões referentes ao universal e ao local, à educação básica e a superior, aos saberes acadêmicos e aos saberes populares, dentre outras.

Ao propor a oferta de um curso de extensão denominado “Democracia no século 21”, o presente projeto de extensão colocará professores da EFLCH, especialistas nos diferentes temas ligados à Democracia, em contato e interação com lideranças comunitárias, educadores populares e ativistas de direitos humanos, juntamente com os estudantes de graduação e de pós-graduação e participantes de grupos de estudos e pesquisas, sob a

coordenação dos docentes envolvidos. O curso incluirá convidados externos à universidade que, baseados em sua atuação no processo de construção da jovem democracia brasileira e produção de conhecimento sobre sua prática, enriquecerão as reflexões sobre a Democracia no Século 21.

Organizado em 18 encontros quinzenais, com a duração de 02 horas para cada encontro, o curso Democracia no Século 21 será ministrado ao longo dos dois semestres de 2017.

Os temas abordados contemplam diferentes aspectos da construção da democracia, como sua relação com a cultura brasileira, o processo histórico da constituição de direitos, a manutenção das desigualdades étnico-raciais, territoriais, de gênero e de classe para acessá-los; a constituição de novos sujeitos como a juventude; a inequidade na distribuição dos recursos públicos e relação com as instituições estatais, bem como as transformações e precarização no mundo do trabalho e padrões de consumo.

O curso apresenta ainda a oportunidade de reflexão internacional sobre o tema, ao discutir a democracia em Angola e a produção cinematográfica dos países do cone sul sobre o autoritarismo.

Os encontros serão organizados em três etapas. A primeira, com duração de aproximadamente 40 minutos, será dedicada à exposição do docente. Depois, durante 40 minutos, os participantes terão a oportunidade de apresentar perguntas e reflexões para os comentários públicos do docente. Ao final, durante 20 minutos, o docente permanecerá no local para atender possíveis indagações individuais, e este também será um momento para a troca de reflexões entre os participantes.

O primeiro semestre do curso está estruturado em oito encontros:

Nº.	**Tema**	**Professor**
01	Abertura do curso: “Por que estudar a democracia?”	Profª Dra. Mariângela Graciano (UNIFESP) e Profº Dr. Janes Jorge (UNIFESP)
02	A democracia e a evolução histórica dos direitos	Prof. Dr. Bruno Comparato (UNIFESP)
03	Movimentos sociais, sindicalismo e democracia	Prof. Dr. Davisson de Souza (UNIFESP)

04	Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e democracia	Prof. Dr. Silvio Cesar Silva/FAP-Guarulhos
05	O poder judiciário e democracia	Profa. Dra. Andréa Slemian (UNIFESP)
06	O mito da democracia racial no Brasil	Prof. Dr. Cleber Vieira (UNIFESP)
07	Caminhos da democracia em Angola	Profa. Dra. Fabiana Schleumer (UNIFESP)
08	Os jovens e a democracia	Profa. Dra.Débora Goulart/UNIFESP

No segundo semestre, além da realização de 10 encontros temáticos, os participantes serão convidados a elaborar para implementação em suas comunidades de origem, projeto de intervenção com o objetivo de fortalecimento da democracia.

Os participantes, individualmente ou em grupos, serão apoio da coordenação do curso para elaboração do projeto.

Ressalta-se, no entanto, que esta iniciativa tem caráter facultativo, não sendo obrigatória para qualquer participante, tampouco ser utilizada como instrumento de avaliação.

Os projetos de intervenção elaborados serão apresentados e discutidos com o grupo no último encontro do curso, com realização prevista para 6/12/2017, conforme cronograma do 2º semestre do curso, apresentado a seguir.

Nº.	**Tema**	**Professor**
09	Os trabalhadores rurais e a democracia	Prof. Dr. Clifford Andrew Welch (UNIFESP)
10	Os trabalhadores, a precarização do trabalho e a democracia	Prof. Dr. Isane Pereira da Silva/ENIAC-Guarulhos
11	Políticas sociais, pobreza e direitos de cidadania	Prof. Dr. Carlos Bello (UNIFESP).
12	Orçamento público e democracia	Prof. Dr. Daniel Ariaz

		Vazquez (UNIFESP).
13	Gênero e democracia	Profa. Dra. Ingrid Cyfer (UNIFESP).
14	Indígenas, democracia e educação escolar	Prof. Dr. Antonio Simplício (UNIFESP).
15	Cultura brasileira e democracia	Profa. Dra. Ana Lucia Teixeira (UNIFESP).
16	Consumo e democracia	Profa. Dra. Rosângela Ferreira Leite (UNIFESP)
17	Democracia e autoritarismo no cinema do Cone Sul	Profa. Dra. Graciela Foglia (UNIFESP).
18	Encerramento do curso	Profa. Dra. Mariângela Graciano (UNIFESP) e Prof. Dr. Janes Jorge (UNIFESP).

2. Relação com a sociedade e fortalecimento da democracia

Com o apoio da Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Paulo (ADUNIFESP) e do Sindicato dos Bancários de Guarulhos, o curso Democracia no Século 21 busca responder à perplexidade e indignação de diferentes setores da comunidade EFLCH/UNIFESP frente à conjuntura vivida pela sociedade brasileira ao longo dos anos de 2015 e 2016, que culminaram com a deposição da presidenta da República Dilma Roussef, democraticamente eleita em 2014 e, na sequência, a tentativa de supressão de direitos sociais, econômicos e culturais, bem como a assustadora ampliação da violência institucional do Estado como método de impedir os protestos da sociedade.

Considerando Freire (1987), que aponta a compreensão da realidade como a primeira etapa no processo de sua transformação, o curso propõe a reflexão sobre o processo de construção da democracia brasileira, contemplando também os impactos do atual contexto político e econômico.

A expectativa é que os diferentes atores que compõem seu público – docentes, estudantes e funcionários da Unifesp, além de lideranças

comunitárias e educadores populares –, a partir das informações e reflexões compartilhadas, possam construir estratégias, pessoais e coletivas, de atuação para o fortalecimento da democracia.

A realização do curso tem também o objetivo de ampliar a inserção da Unifesp/EFLCH no território e estreitar vínculos com a população local, considerando que o recente retorno ao bairro dos Pimentas, após um período de quase dois anos instalada em um local provisório fora do bairro.

3. Fundamentação teórica

Para tratar de diretos, recorreremos ao estudo clássico de Marshall (1967) sobre a experiência inglesa na conquista de direitos civis, políticos e sociais e também ao trabalho de Carvalho (2001) que avalia quase dois séculos de história do esforço para construir a cidadania no Brasil, cujo percurso é bastante diferente da experiência na Inglaterra e, consequentemente, isso implica em um significado diferente do que é ser cidadão neste país.

Marshall (1967) afirma que a cidadania se desenvolveu com muita lentidão na Inglaterra. Primeiramente, vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Segundo ele, não se trata de sequência apenas cronológica: ela é também lógica: com base no exercício dos direitos civis, nas liberdade civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar e de participação política. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais.

O surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania segue uma teoria geral. Na realidade, os caminhos são distintos e nem sempre compõem um caminho linear. O percurso inglês foi apenas um entre outros. A França, a Alemanha, os Estados Unidos, cada país seguiu seu próprio caminho. O Brasil não é exceção.

A utilidade da análise comparada é, justamente, reconhecer diferenças por contraste. De acordo com Carvalho (2001), houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes: a primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros; a segunda está no percurso em que

os direitos foram adquiridos - ou melhor, para o caso brasileiro - concedidos: entre nós, o social antecedeu os demais. Consequentemente, estas alterações afetam a forma e o exercício da cidadania. Ou seja, quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando necessariamente do mesmo conceito.

Esta antecipação dos direitos sociais, via concessões do Estado contribuiu para o desenvolvimento de uma visão corporativista dos interesses coletivos e de uma cultura política de contemplação aos governos. Desde o Estado Novo, a distribuição dos benefícios sociais por cooptação sucessiva de categorias de trabalhadores para dentro do sindicalismo corporativo fez com que os benefícios sociais não fossem tratados como direito de todos, mas como fruto da negociação de cada categoria com o governo.

A fraca organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos conseguissem prevalecer. Formou-se, portanto, uma cultura política em que a representação política não funciona para resolução dos grandes problemas da maioria da população, mas para atender a demandas individuais ou de grupos de interesse.

Diante desta relação política, o estímulo à participação política em busca por direitos é bastante baixo. Quem se dispõe a participar de ações envolvendo causas sociais, sem interesse particular específico?

A participação nos espaços públicos nas sociedades atuais tem ficado restrita a grupos que se organizam em torno de temáticas específicas, ou setorizadas, sem integração ou articulação entre si, perdendo assim a dimensão da participação coletiva nos rumos do processo democrático e do futuro do país, ou no dizer de H. Arendt (1991) conceber a ação como fonte de significado da condição humana, da criação, da pluralidade e especificamente, de participação na vida política, por meio de ações coletivas, de começar algo novo que permita aos sujeitos a revelação de suas identidades. Por suas palavras:

> É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico. Não nos é imposto pela necessidade, como o labor, nem se rege pela utilidade, como o trabalho. Pode ser

> estimulado, mas nunca condicionado pela presença dos outros, em cuja companhia desejamos estar; seu impacto decorre do começo que vem ao mundo, quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa. (ARENDT, 1991, pg.189-190).

Nesse sentido, algumas experiências buscam mudar a baixa tradição do exercício da cidadania no Brasil. A primeira tem origem na sociedade, são as organizações não-governamentais que, de forma independente do governo, desenvolvem atividades de interesse público, cujo histórico é muito bem retratado por Fernandes (1994). O segundo tipo de experiência surge por iniciativa de governos mais democráticos, que propõem formas alternativas de envolvimento da população na formulação e execução de políticas públicas, entre as quais, o orçamento participativo – analisado por Avritzer e Navarro (2003) – e as etapas participativas para a elaboração dos Planos Diretores, cuja análise crítica é feita por Villaça (2005). O terceiro tipo surge por iniciativa de universidades por meio da oferta de cursos de extensão, tendo que maior referência a rede de Escolas da Cidadania.

Segundo Matos e Ricci (2007), a proposta de montagem de rede de escolas de cidadania no Brasil tem como referência o aumento da capacidade de gestão autônoma do cidadão, com o objetivo de consolidar "o empoderamento e o capital social, aumentando o saber técnico e político dos cidadãos (...), o que envolve capacidade de diagnosticar problemas territoriais (intersetoriais), capacidade de formulação de propostas de gestão do território, gerenciamento e monitoramento dos programas e ações públicas" (p. 125).

A autonomia do sujeito e a construção de um saber político popular também estão presentes nas obras de Paulo Freire, sobretudo, ao sinalizar a diferença dos conceitos de extensão e comunicação, utilizado o primeiro, recorrentemente, como significado de transmissão de saberes aceitos sem barreiras, ao contrário, defende a comunicação, que pressupõe troca de saberes entre os interlocutores nos processos de apreender e de conhecer. Para ele:

> A comunicação, pelo contrário, implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. Por isto não é possível compreender o pensamento de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa. Esta

função, por sua vez, não é extensão do conteúdo significante do significado, objeto do pensar e do conhecer. Comunicar é comunicar-se em torno do significado, objeto do pensar e do conhecer em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos são co-intencionados ao objeto de seu pensar e comunicam seu conteúdo (FREIRE, 1979, p.67).

4. Objetivos

- Organizar uma ampla discussão sobre a cidadania no século 21.
- Compreender as mudanças socioeconômicas e culturais dos últimos anos e seu impacto na democracia brasileira.
- Promover o conhecimento, a tolerância e a liberdade através do diálogo entre a comunidade universitária do Campus Guarulhos e diferentes segmentos sociais.
- Estimular a promoção de ações para a defesa da democracia;

5. Metodologia

O curso será ministrado por pesquisadores do campus Guarulhos, visando estimular o debate e ampliar a formação teórica das lideranças comunitárias e educadores populares, valorizando suas experiências e trajetórias de vida com relação ao tema central do curso.

A metodologia adotada, por consequência da abordagem teórica escolhida, é a metodologia participativa, com estímulo constante à reflexão e registros individuais e coletivos.

Está proposta a elaboração, pelos participantes, de um projeto de intervenção em suas comunidades de origem, com vistas ao fortalecimento da democracia. Esta atividade tem caráter optativo e tem por objetivo estimular a relação entre reflexão e ação.

6. Cronograma de execução

1º Semestre de 2017: 8 aulas presenciais

Ações	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN

Preparação e divulgação do curso	X				
Inscrição e seleção dos cursistas (100 vagas)	X				
Aulas do 1º semestre		X	X	X	X

2º Semestre de 2017: 8 aulas presenciais

Ações	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**
Aulas do 2º semestre	X	X	X	X	X

7. Acompanhamento e Avaliação

O projeto de extensão será avaliado pela frequência e participação às aulas.

A certificação dos participantes será conferida mediante a presença e a participação qualitativa em sala de aula (obrigatória em 75% das aulas).

8. Equipe executora

- ✓ Profª Drª Ana Lucia Teixeira/UNIFESP.
- ✓ Profª Drª Andréa Slemian/UNIFESP.
- ✓ Profº Dr. Antonio Simplício/UNIFESP.
- ✓ Profº Dr. Bruno Comparato/UNIFESP.
- ✓ Profº Dr. Carlos Bello/UNIFESP.
- ✓ Profº Dr. Cleber Vieira/UNIFESP.
- ✓ Profº Dr. Clifford Andrew Welch/UNIFESP.
- ✓ Profº Dr. Daniel Ariaz Vazquez/UNIFESP.
- ✓ Profº Dr. Davisson de Souza/UNIFESP.

- ✓ Profª Drª Débora Goulart/UNIFESP.
- ✓ Profª Drª Fabiana Schleumer/UNIFESP
- ✓ Profª Drª Graciela Foglia/UNIFESP.
- ✓ Profª Drª Ingrid Cyfer/UNIFESP.
- ✓ Profº Dr. Janes Jorge.
- ✓ Profª Drª Mariângela Graciano/UNIFESP.
- ✓ Profª Drª Rosângela Ferreira Leite/UNIFESP.
- ✓ Convidados externos à EFLCH:
    - Prof. Dr. Isane Pereira da Silva/ENIAC-Guarulhos.
    - Prof. Dr. Silvio Cesar Silva/FAP-Guarulhos.
- ✓ Estudante -bolsista a ser selecionado
- ✓ Estudantes de graduação e pós-graduação

9. Infra-Estrutura

As aulas serão realizadas no Auditório do Campus Guarulhos da Unifesp, com capacidade para 100 participantes.

Serão necessários recursos didáticos (quadro branco e equipamento de Data Show - para as aulas).

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

AVRITZER, L. & NAVARRO, Z.. (orgs.). **A inovação democrática no Brasil:** o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Civicus, 1994.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Disponível em: www.acervo.paulofreite.org.br; Acesso em 25/02/2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATOS, M. N.; RICCI, R. Escola da Cidadania. In.: INSTITUTO CULTIVA; ESCOLA DE GOVERNO DE SÃO PAULO. **Dicionário de Gestão Democrática**: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos. Belo Horizontes: Autentica, 2007.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

VILLAÇA, F. (2005). **As Ilusões do Plano Diretor**. Disponível em **http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf**

.